

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja itens que avaliem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1-I

O aforismo “o cliente sempre tem razão” é bastante conhecido e muito citado como argumento econômico. Justifica-se para manter a fidelidade dos consumidores a marcas e a lojas a fim de evitar que a insatisfação individual se torne uma indesejada propaganda negativa.

Será que, sob a ótica jurídica, a afirmativa corresponde à realidade? Não! O cliente (consumidor) só tem razão quando o direito, a lei, lhe dá amparo.

Invariavelmente, baseando-se em critério pessoal do que seria justo como solução para problema de consumo, o consumidor realmente acredita que possui o direito que alega e, dentro da sua lógica, passa a exigir determinado comportamento do fornecedor.

A expressão direito do consumidor tem sentido de conjunto de normas que regulam as relações entre consumidores e fornecedores; não significa necessariamente que o consumidor tem sempre direito de exigir a satisfação dos seus interesses.

Para ilustrar, cite-se o exemplo, recorrente, de uma pessoa que acredita poder, em qualquer circunstância, trocar um produto que acabou de adquirir simplesmente porque, chegando em casa, percebeu que não era exatamente aquilo que queria, preferia de outra cor ou até haver gastado o dinheiro com algo mais interessante. Para a lei, a troca ou devolução do dinheiro pago só é possível em situações bem concretas: promessa do vendedor de trocar ou devolver o dinheiro (art. 30 do Código de Defesa do Consumidor); vício do produto (art. 18); compra fora do estabelecimento físico (art. 49).

Daí a importância de que toda pessoa tenha uma noção básica de quais são os seus direitos e de como exigir a sua observância. Como é possível exigir respeito a sua condição de consumidor se não houver uma consciência mínima dos direitos?

Leonardo Bessa. O cliente – nem sempre – tem razão! In: **Metrópoles**. 20/06/2024.
Internet: <www.metropoles.com> (com adaptações).

A respeito das ideias veiculadas no texto CB1A1-I, julgue os itens subsequentes.

- 1 De acordo com o autor do texto, a lei prevê situações específicas em que o consumidor pode solicitar ao fornecedor a troca de um produto ou a devolução do dinheiro gasto na compra de determinado produto.
- 2 Segundo o texto, a expressão corrente ‘o cliente sempre tem razão’, apesar de comercialmente motivada, não condiz com a realidade determinada pelo arcabouço legal.
- 3 De acordo com o texto, ao reclamar seus direitos, os consumidores brasileiros usam um critério pessoal de justiça derivado de sua falta de conhecimento acerca das leis, dos seus direitos e de como eles devem ser observados.

Considerando os aspectos linguísticos do texto CB1A1-I, julgue os itens a seguir.

- 4 As formas verbais “acabou”, “queria” e “preferia” (primeiro período do quinto parágrafo) são núcleos de orações cujos sujeitos são elípticos e referem-se ao termo “uma pessoa”.
- 5 Nas orações em que ocorrem, as expressões ‘o cliente sempre tem razão’ (primeiro período do primeiro parágrafo) e “direito do consumidor” (primeiro período do quarto parágrafo) desempenham a mesma função sintática.
- 6 Prejudicaria a correção gramatical do texto a substituição do trecho “a marcas e a lojas” (segundo período do primeiro parágrafo) por **à marcas e à lojas**.
- 7 No início do quinto parágrafo, a vírgula empregada após o verbo “ilustrar” é facultativa e sua supressão preservaria a correção gramatical do texto.
- 8 No terceiro parágrafo do texto, o vocábulo “que”, presente na oração “que alega”, é utilizado como elemento de coesão referencial e tem como referente o termo “o consumidor”.

Espaço livre

Texto CB1A1-II

A palavra ficção nos remete a histórias inventadas (total ou parcialmente). Pode ser uma fantasia, que envolva monstros, heróis ou fantasmas, pode ser uma ficção científica, que envolva tecnologias que vão muito além daquelas que existem hoje, e também pode ser um romance comum, totalmente realista, mas com enredo, personagens ou ambientes inventados.

Dessa forma, uma matéria jornalística jamais poderia ser considerada ficcional, já que um dos pilares do jornalismo é a busca pela verdade e a publicização das informações com precisão e veracidade. Um jornal que noticiasse ficções estaria ferindo um de seus princípios mais fundamentais.

Apesar de essa definição de ficção ser bem popular, os críticos e teóricos de cinema franceses Jacques Aumont e Michel Marie afirmam que a ficção é uma forma de discurso que faz referência a personagens ou a ações que só existem na imaginação daquele que a escreve ou lê. Segundo eles, a ficção não é uma mentira, mas um simulacro da realidade, uma das possíveis maneiras de se representar o real.

Assim, podemos dizer que todo relato é uma tentativa de representar a realidade por meio de palavras. Um relato de um acontecimento não é o próprio acontecimento em si. Os fatos ficam no passado, depois que acontecem. Qualquer tentativa de retomá-los no presente, por meio de uma história, será uma representação, será uma construção da mente de uma pessoa. Logo, será uma ficção.

Lucia Mascarenhas de Miranda. *A fronteira entre fato e ficção*.
In: *Ciência Hoje*, outubro de 2024.
Internet: <cienciahoje.org.br> (com adaptações).

Julgue os itens a seguir com base nas ideias apresentadas no texto CB1A1-II.

- 9 No último parágrafo do texto, o autor conclui que, sendo a ficção uma representação da realidade, o relato de uma situação passada caracteriza-se como ficção.
- 10 Os textos caracterizados como obras de ficção são bem delimitados e apresentam alcance reduzido.
- 11 Os críticos e teóricos de cinema Jacques Aumont e Michel Marie caracterizam a ficção como um simulacro da realidade, em uma oposição explícita à visão comum nos meios acadêmicos segundo a qual a ficção é uma mentira.

A respeito dos aspectos linguísticos do texto CB1A1-II, julgue os itens que se seguem.

- 12 Dada sua função na oração, o termo “da mente” (quarto período do quarto parágrafo) pode ser substituído pelo adjetivo **mental**, sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do trecho.
- 13 Mantendo-se o sentido original e a correção gramatical do texto, o primeiro período do quarto parágrafo poderia ser reescrito da seguinte maneira: **Pode-se afirmar que, dessa forma, todo o relato trata-se de uma tentativa de representar a realidade por meio do uso de palavras.**
- 14 No primeiro parágrafo, as três ocorrências da forma verbal “pode” expressam sentido de possibilidade.
- 15 Na organização das ideias do primeiro parágrafo do texto, o conteúdo do segmento “mas com enredo, personagens ou ambientes inventados” se opõe à informação anterior segundo a qual a ficção pode ser representada por uma fantasia, uma ficção científica, ou um romance comum.
- 16 No primeiro período do terceiro parágrafo, a substituição do vocábulo “franceses” por **francês** preservaria a correção gramatical do texto, embora alterasse o seu sentido e as relações sintáticas do período.

Texto CB1A1-III

Aprendemos desde cedo que a linguagem verbal serve para comunicar e frequentemente dizemos que o importante é a comunicação. Quando se fala em comunicação, muitas vezes, pensamos que se está falando na transmissão de informações. Comunicar não se limita, entretanto, a transmitir informações. Realmente, há momentos em que desejamos apenas fornecer uma informação, mas, muito frequentemente, temos outros objetivos, como: dar uma ordem, expressar um sentimento, fazer um pedido, exercer algum tipo de influência, fazer o outro mudar de opinião...

O ser humano vive em sociedade, isto é, fazemos parte de grupos sociais e agimos em conjunto com nossos semelhantes; interagimos. Na verdade, é para interagir que nos comunicamos, falamos e escrevemos. Por isso, não podemos nos esquecer de que a comunicação, ou a interação, envolve mais do que simplesmente informação; envolve, sobretudo, alguma forma de ação sobre o outro.

Ana Lúcia Tinoco Cabral. *A força das palavras*.
São Paulo: Editora Contexto, 2010, p. 10-11 (com adaptações).

Considerando os aspectos textuais e linguísticos do texto CB1A1-III, bem como as ideias nele veiculadas, julgue os itens seguintes.

- 17 Seria mantida a correção gramatical do texto se o trecho “nos esquecer” (último período) fosse reescrito como **esquecer**.
- 18 No texto, rejeita-se a ideia comum de que o ato de comunicar, interagir, corresponde unicamente à transmissão pura e simples de informações.
- 19 Sem prejuízo da correção gramatical do texto, as palavras “é” e “que”, presentes no segundo período do segundo parágrafo, poderiam ser suprimidas.
- 20 Para atingir o seu propósito comunicativo, a autora constrói seu texto combinando as tipologias expositiva e narrativa.

A respeito de partidos políticos e convenções partidárias, julgue os itens seguintes, de acordo com as Leis n.º 9.096/1995 e n.º 9.504/1997 e com o entendimento jurisprudencial do STF.

- 21 Vigora, nas eleições proporcionais, o princípio da candidatura nata, em benefício de mandatários e de filiados que já tenham exercido, durante a legislatura em curso, o mandato para o qual concorrem.
- 22 Na circunscrição dos partidos políticos, as convenções partidárias são a instância máxima de deliberação a respeito da formação de coligações e da definição de candidatos.
- 23 O registro de seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral é condição suficiente para que o partido político participe do processo eleitoral, receba recursos do fundo partidário e tenha acesso gratuito à propaganda no rádio e na televisão.
- 24 Para o registro do estatuto do partido junto ao Tribunal Superior Eleitoral, é exigida a comprovação do apoio de leitores não filiados a outros partidos, em número correspondente a 0,5 % do número de votos dados na eleição mais recente para a Câmara dos Deputados, não computados os votos brancos e nulos e obedecidas as exigências previstas de distribuição desses votos pelos estados e pelo Distrito Federal.

A respeito de registro de candidaturas, julgue os seguintes itens.

- 25** O comprovante de escolaridade integra a relação de documentos que devem acompanhar o pedido de registro do candidato.
- 26** A idade mínima, constitucionalmente exigida como condição de elegibilidade, é, em todos os casos, verificada com base na data da posse.
- 27** Não há obrigatoriedade de que a totalidade dos candidatos a que o partido tem direito seja escolhida nas convenções, podendo os órgãos de direção partidária preencher posteriormente as vagas remanescentes.
- 28** Os partidos devem reservar, para cada sexo, valor percentual mínimo das candidaturas que podem registrar, embora o preenchimento final efetivo dessas vagas possa ocorrer em percentuais menores.

A respeito de filiação partidária, julgue os seguintes itens.

- 29** No caso de filiação partidária, cabe ao partido inserir os dados do novo filiado no sistema eletrônico da justiça eleitoral, enquanto nos casos de mudança de partido de filiado eleito, cabe à justiça eleitoral intimar pessoalmente a agremiação partidária e dar-lhe ciência da saída do seu filiado.
- 30** Os mandatos pertencem aos partidos políticos, razão pela qual a desfiliação do mandatário acarreta a perda do mandato, constituindo as duas exceções a essa regra as seguintes: mudança do programa partidário ou discriminação política.

No que concerne ao processo licitatório, julgue os itens a seguir, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021.

- 31** Não se admite aposição de sigilo em relação aos atos praticados em processo licitatório, podendo haver apenas o diferimento da publicidade quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- 32** A licitação será dispensável para a aquisição de materiais ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos, já que é inviável a competição.
- 33** Pregão é a modalidade de licitação obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

A respeito de agentes públicos e poderes administrativos da administração pública, julgue os próximos itens, considerando as disposições legais e o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF).

- 34** É constitucional que a administração pública delegue poder de polícia a uma sociedade de economia mista de capital social majoritariamente público para fins de aplicação de multas de trânsito.
- 35** A investidura em uma função pública de livre nomeação e exoneração prescinde de prévia aprovação em concurso público.
- 36** No exercício do poder regulamentar, pode o chefe do Poder Executivo tanto baixar um decreto para fiel execução da lei, quanto dispor, também por meio de decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, mesmo que isso implique aumento de despesa, criação ou extinção de órgãos públicos.

No que se refere ao ato administrativo, julgue os itens seguintes.

- 37** Resolução é uma espécie de ato administrativo por meio do qual os órgãos consultivos da administração pública emitem opinião sobre assuntos técnicos ou jurídicos de sua competência.
- 38** Segundo o STF, o ato que concede aposentadoria a servidor público é um ato administrativo complexo, pois depende da atuação do ente a que o agente é subordinado e da aprovação do Tribunal de Contas.

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens que se seguem.

- 39** O direito de regresso do Estado contra o agente causador do dano depende da demonstração da conduta, do prejuízo causado ao terceiro e do nexo de causalidade entre o referido prejuízo e a conduta, sendo prescindível a comprovação de dolo ou culpa.
- 40** A responsabilidade civil por danos nucleares, tenham eles sido causados por ato comissivo ou omissivo, independe da existência de culpa.

No que se refere aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF) e à aplicabilidade das normas constitucionais, julgue os itens que se seguem.

- 41** Quanto à aplicabilidade, todas as normas constitucionais possuem algum grau de eficácia, isto é, a capacidade de produzir efeitos.
- 42** É a eletividade dos cargos públicos a característica que define de forma essencial o regime republicano.

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir.

- 43** Nas fases iniciais de criação, os partidos políticos podem ter caráter regional, isto é, sem atuação nacional.
- 44** A característica de historicidade dos direitos fundamentais está relacionada à concepção de gerações ou dimensões desses direitos.

No que concerne ao Estado federal brasileiro, à administração pública e à organização dos Poderes e do Ministério Público, julgue os itens subsequentes.

- 45** O Conselho Nacional de Justiça, enquanto órgão de controle do Poder Judiciário, possui competência tanto para editar atos normativos quanto para fiscalizar os tribunais a fim de que cumpram os referidos atos.
- 46** Sem prejuízo da autonomia financeira do Ministério Público (MP), cabe ao Poder Executivo elaborar a proposta orçamentária do MP e enviá-la anualmente ao Congresso Nacional.
- 47** Conforme as normas constitucionais vigentes, todos os entes subnacionais são autônomos e estão representados nos órgãos legislativos de caráter nacional.
- 48** A não imposição de sigilo aos atos e documentos do poder público e a possibilidade de deferir pedidos de acesso a informações administrativas bastam para atender ao princípio da publicidade, conforme a atual concepção dessa norma constitucional.
- 49** Apesar da terminologia adotada na CF quanto à responsabilidade do presidente da República, os denominados crimes de responsabilidade não têm natureza jurídica penal.
- 50** A iniciativa de projetos de lei pode ser extraparlamentar, ou seja, originária de autoridades que não compõem o Poder Legislativo.

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

A respeito da evolução da administração no século XX, julgue os itens seguintes.

- 51** A reforma administrativa da década de 1930 visava combater o patrimonialismo vigente por meio da implementação de parâmetros burocráticos.
- 52** A visão do governo como acelerador da economia é típica do empreendedorismo governamental, que foi promovido no Brasil pela Constituição Federal de 1988.
- 53** A abordagem estruturalista, de origem sociológica, surgiu como resposta à rigidez da teoria da burocracia.
- 54** As experiências de Hawthorne evidenciaram a prevalência da remuneração como principal fator motivacional para os trabalhadores do chão de fábrica.

No que se refere à administração pública, julgue os próximos itens.

- 55** Cabe à função de direção promover a motivação dos trabalhadores.
- 56** Na administração por objetivos, o foco é direcionado para as finalidades da organização, priorizando-se a eficácia em detrimento da eficiência.
- 57** A governança pública comporta, entre outros, parâmetros indicativos da estabilidade política do país.
- 58** *Accountability* é um critério objetivo para mensurar a transparência de um Estado, o qual evidencia em que medida a administração pública concede publicidade às suas ações.
- 59** No processo administrativo, a avaliação de desempenho e a alocação de recursos são tarefas típicas da função de organização.

Julgue os itens subsequentes, relativos à gestão de pessoas e à gestão de projetos.

- 60** As técnicas de gestão de projetos se aplicam a tarefas rotineiras, continuadas e de alto volume.
- 61** A gestão da qualidade envolve ações de planejamento, a exemplo do estabelecimento de requisitos, do controle da qualidade e da melhoria da qualidade.
- 62** A dinâmica de grupo é um método de seleção que permite avaliar a sociabilidade dos candidatos e a sua capacidade de atuar sob pressão.
- 63** As técnicas de recrutamento interno se voltam à busca de candidatos cujo desempenho ainda não é conhecido pela organização.
- 64** A gestão da qualidade total promove práticas de empoderamento com vistas a inserir os colaboradores no planejamento das ações organizacionais.

No que se refere a organizações modernas, processo organizacional, gestão de processos, gestão da qualidade e planejamento estratégico, julgue os próximos itens.

- 65** O planejamento estratégico assemelha-se a um processo de melhoria contínua operacional, que envolve a construção de cenários e a identificação e seleção de alternativas que conduzam aos melhores resultados.
- 66** O primeiro passo para a construção do planejamento estratégico é a definição de missão da organização.
- 67** A organização formal é representada por meio do organograma, a partir do qual é possível visualizar o desenho que demonstra a estrutura organizacional, os cargos, as funções, as áreas ou departamentos, em seus respectivos níveis hierárquicos.
- 68** O controle, considerado a segunda função no processo administrativo, é necessário para medir e avaliar o desempenho organizacional.
- 69** Os processos finalísticos estão relacionados com a produção e(ou) entrega dos produtos e(ou) serviços finais que a organização oferece, sendo típicos processos transversais.
- 70** As decisões tomadas no sistema de gestão da qualidade são baseadas em crenças e fatos observados por meio de indicadores.

No que se refere à excelência nos serviços públicos, ao empreendedorismo governamental e à gestão de resultados na produção de serviços públicos, julgue os itens a seguir.

- 71** Em um modelo de gestão para resultados, devem ser consideradas múltiplas dimensões de esforço — tais como processos, recursos, estruturas, sistemas informacionais e pessoas —, as quais devem ser alinhadas aos resultados esperados.
- 72** A gestão para resultados no setor público enfoca os processos utilizados e as metas ligadas a eles, como, por exemplo, as orçamentárias. Nesse caso, os resultados para os cidadãos, embora não estejam no foco, são considerados consequências automáticas de uma boa gestão.
- 73** A excelência nos serviços públicos implica a atenção prioritária ao cidadão e à sociedade, considerada a sua condição de usuários dos serviços públicos, bem como de destinatários das ações resultantes do poder de Estado exercido pelas organizações públicas.
- 74** No âmbito do empreendedorismo governamental, governo catalisador é aquele que cria mecanismos de competição dentro das organizações públicas e entre organizações públicas e privadas, a fim de fomentar a transformação de uma organização pública burocrática em uma organização pública racional e eficaz.
- 75** São considerados exemplos de empreendedorismo governamental o orçamento participativo e os laboratórios de inovação.

Em relação à sustentabilidade pública, bem como às convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada, julgue os itens seguintes.

- 76** Tanto as entidades privadas quanto as públicas utilizam técnicas administrativas como planejamento, organização, direção e controle para a consecução de seus objetivos organizacionais.
- 77** Na administração pública, a sustentabilidade se manifesta, entre outras ações, na promoção da eficiência energética, na gestão adequada dos recursos e na destinação correta dos resíduos.
- 78** O paradigma do cliente impacta de forma semelhante as organizações do setor público e as do setor privado, na medida em que os indivíduos são percebidos como pessoas físicas à procura da satisfação de seus interesses particulares.

A respeito da contratação de bens e serviços, julgue os itens a seguir, com base na Lei n.º 14.133/2021.

- 79** Para a execução do contrato, é permitido ao contratado subcontratar parte do serviço ou do fornecimento.
- 80** Considere que, no curso de determinado contrato de serviço continuado, a administração tenha-se recusado a emitir decisão sobre reclamação relacionada a sua execução, sob a alegação de ser meramente protelatória. Nessa situação hipotética, a administração agiu em desconformidade com a lei.
- 81** Em caso de suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 82** A contratação de terceiro exime a responsabilidade do fiscal do contrato.
- 83** Tratando-se de serviços contínuos sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente o contratado é legalmente responsável pelos encargos trabalhistas e previdenciários resultantes da execução do contrato.

Acerca da elaboração e da fiscalização de contratos administrativos, julgue os itens que se seguem.

- 84** Compete ao fiscal do contrato receber definitivamente o objeto do contrato, desde que este esteja acompanhado de termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 85** O preposto da contratada, que deve ser aceito pela administração, deve permanecer no local da execução do contrato.
- 86** Nos contratos de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o contratado poderá fiscalizar a distribuição dos recursos humanos alocados, mas não o seu controle ou a sua supervisão.
- 87** O preposto da contratada deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando a regularização das faltas.
- 88** O fiscal do contrato deverá informar aos seus superiores as medidas convenientes para a execução do objeto apenas nos casos em que houver dúvida jurídica.

No que se refere ao acompanhamento da execução contratual e à aplicação de penalidades e sanções administrativas, julgue os itens subsequentes.

- 89** Não é cabível a aplicação de penalidade ao contratado em razão de este ter deixado de entregar a documentação exigida para o certame, uma vez que essa circunstância revela fato anterior ao contrato.
- 90** É lícito à administração aplicar ao contratado a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar juntamente com a penalidade de multa.
- 91** É direito do fiscal do contrato administrativo, durante a sua execução, ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da administração.
- 92** A obrigação do contratado de comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência esgota-se a cada prorrogação do prazo de vigência do ajuste.

Acerca de gestão de pessoas, julgue os itens a seguir.

- 93** De acordo com os princípios da abordagem contingencial da administração, não existe uma forma única e ideal de gerir pessoas, sendo necessário adaptar as práticas a cada contexto organizacional.
- 94** A função precípua de um órgão de recursos humanos envolve subprocessos como atração, retenção, desenvolvimento e monitoramento de pessoas. A implementação de políticas de diversidade, acessibilidade ou mesmo de aculturação das pessoas no ambiente do trabalho é de responsabilidade da alta gestão e não do órgão de recursos humanos.
- 95** A importância de um órgão de gestão de pessoas não se restringe à atração e à retenção de talentos, sendo sua contribuição ainda mais efetiva na resolução das questões cotidianas relativas ao comportamento do indivíduo no trabalho, ao alcance de metas e aos relacionamentos no âmbito das equipes de trabalho.

A respeito de aspectos relacionados ao comportamento humano no contexto das organizações, julgue os próximos itens.

- 96** A liderança transformacional enfatiza a motivação dos colaboradores por meio de recompensas financeiras e promoções seriadas.
- 97** A qualidade de vida no trabalho diz respeito tão somente às condições físicas do ambiente laboral, enquanto a avaliação de aspectos psicológicos e sociais dos colaboradores é realizada a partir de investigações sobre o clima e a cultura organizacionais.
- 98** Relações de trabalho baseadas na confiança mútua entre colaboradores e gestores tendem a promover um ambiente organizacional mais produtivo.

Em relação a competência interpessoal, gerenciamento de conflitos e gestão da mudança, julgue os itens que se seguem.

- 99** O gerenciamento de conflitos nas organizações deve ser realizado por meio de intervenções formais, como mediação e arbitragem, já que intervenções informais ou abordagens diretas não costumam produzir efeitos.
- 100** Em vez de focalizar o impacto da mudança sobre o comportamento humano nas organizações, a gestão da mudança tem como foco a implementação de novas tecnologias.
- 101** Competências interpessoais são essenciais para o estabelecimento da liderança eficaz, pois promovem comunicação eficiente e relacionamentos sólidos.

No que concerne à gestão de pessoas no contexto das organizações públicas, julgue os itens subsequentes.

- 102** Após entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo efetivo ficará sujeito a estágio probatório, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo.
- 103** Modelos de trabalho mais rígidos, focados nas tarefas e associados a controles mais rigorosos da força de trabalho, estão entre as principais tendências de gestão de pessoas no contexto de organizações públicas.
- 104** O recrutamento externo apresenta como vantagem a possibilidade de atrair novas competências e experiências para os quadros governamentais, causando o denominado processo de oxigenação da força de trabalho.
- 105** Uma vantagem da análise de cargos é facilitar o mapeamento de lacunas de competências dos servidores, possibilitando o levantamento de necessidades para subsidiar o planejamento e a execução de ações de capacitação e desenvolvimento.
- 106** A remuneração variável é uma prática comum na administração pública, utilizada para incentivar o desempenho excepcional e a produtividade dos servidores.

A respeito do papel do Estado e da atuação do governo nas finanças públicas, bem como das formas e dimensões de intervenção na economia, julgue os itens a seguir.

- 107** Alguns bens disponibilizados pelo poder público, como certas vias de acesso, são considerados externalidades negativas, gerando-se impactos econômicos e sociais diferenciados.
- 108** A deficiência da iniciativa privada em prover bens e serviços de forma eficiente e justa, evidenciada pelas falhas de mercado e de informação, justifica a intervenção estatal na economia, com o objetivo de assegurar a correção de desequilíbrios.
- 109** Os bens mistos ou meritórios, por sua limitada utilidade social, devem ser fornecidos exclusivamente pelo setor privado por meio dos mecanismos de mercado, pois não se justifica a sua provisão pelos recursos orçamentários.
- 110** O orçamento público, como ferramenta de estabilização econômica, impacta a economia por meio da escala das despesas governamentais, incluindo-se os gastos decorrentes dos salários dos servidores públicos, assim como por meio da interação entre a arrecadação tributária e a renda nacional.

Em relação aos princípios orçamentários e à utilização do orçamento público como instrumento do planejamento governamental, julgue os itens que se seguem.

- 111** Ao se estabelecer que a lei orçamentária inclua todas as receitas, inclusive aquelas provenientes de operações de crédito autorizadas em lei, consagra-se o princípio da universalidade.
- 112** Apesar de infringir a concepção do princípio da não afetação das receitas, a destinação específica da receita de contribuições não só é uma prática corrente, mas também legal e justificável dentro do ordenamento jurídico brasileiro.
- 113** O orçamento que estima a receita e autoriza os tetos de despesas define a sua natureza contábil-financeira.
- 114** O orçamento público pode ser compreendido como um plano das realizações da administração pública, o que destaca o seu papel como instrumento de gestão pública.
- 115** Originada a partir da descentralização administrativa causada pelo surgimento das entidades da administração indireta — como as autarquias —, a coexistência de vários orçamentos autônomos, que, no entanto, podem ser vistos de forma consolidada, provocou a evolução do princípio da totalidade para o princípio da unidade orçamentária.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao plano plurianual (PPA), à lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e à lei orçamentária anual (LOA).

- 116** A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ampliou as atribuições da LDO, ao incumbir-lhe de disciplinar temas como o equilíbrio entre despesas e receitas, metas e riscos fiscais, limitação de empenho e controle de custos.
- 117** O anexo de metas fiscais é peça integrante da LOA, e nele devem ser descritas as metas anuais para as receitas e despesas correntes e de capital, em valores correntes e constantes.
- 118** Os planos e programas regionais e setoriais previstos na Constituição Federal de 1988 devem ser elaborados em consonância com a LOA.
- 119** Conforme a Constituição Federal de 1988, o projeto de lei orçamentária deve ser acompanhado de um demonstrativo detalhado que apresente os impactos regionais das medidas de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios financeiros, tributários e creditícios.
- 120** O PPA deve estabelecer as metas de médio e longo prazo para a política fiscal, em consonância com a trajetória sustentável da dívida pública.